

## **Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia**

Reflections of family farming cooperativism on development territory in Bahia

### **Resumo**

O objetivo desse trabalho é discutir o estímulo às cooperativas da agricultura familiar enquanto uma estratégia de fortalecimento dos territórios rurais na Bahia, analisando em que medida diversificou os canais de comercialização e se constituíram em fóruns de reivindicações de políticas públicas. Nas últimas décadas, o cooperativismo tem sido colocado como uma importante estratégia para a promoção do desenvolvimento e para a superação da pobreza, através da mobilização de recursos locais, especialmente no espaço rural. É no cooperativismo que a agricultura familiar tem encontrado um espaço diferenciado para a criação de estratégias para sua reprodução social e econômica. Nesse cenário, é relevante a produção de estudos e pesquisas que demonstrem as potencialidades, os limites e os desafios dos formatos associativos adotados pelos agricultores em uma perspectiva de desenvolvimento territorial e sustentável. Esse é um campo fértil de pesquisa, ainda incipiente no estado da Bahia, considerando as dinâmicas recentes no espaço rural que incitam novos processos socioeconômicos que precisam ser identificados e compreendidos nos seus contextos específicos e pelos seus próprios atores. Nesse sentido, os resultados debatidos nessa comunicação foram baseados em dados primários das cooperativas que atuam no Território do Sisal. Esses resultados podem fornecer subsídios para as políticas públicas e para a atuação das instituições de apoio e de fomento ao desenvolvimento rural no estado, a partir da apreensão das especificidades da realidade das cooperativas baianas e da disseminação de informações sistematizadas sobre as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares.

**Palavras-chave:** Cooperativismo, agricultura familiar, desenvolvimento territorial.

### **Abstract**

The objective of this project is to discuss the stimulus of family farming cooperatives in rural communities in Bahia, analyzing to what extent and based on what conditions such practices increased farmers' productive potential, diversified marketing channels and formed forums on public policy demands, as well as its reflexes on its surroundings communities. In the last decades, cooperativism has been placed as an important strategy for promoting development and for overcoming poverty through the mobilization of local resources, especially in rural areas. Through cooperativism family farming has found a differentiated space for creating strategies for its social and economic reproduction. In this scenario, it is relevant to produce studies and scientific researches to demonstrate the potentialities, limits and challenges of the associative formats adopted by farmers with a view to territorial and sustainable development. This is a fertile field of research, still incipient in the state of Bahia, considering the recent dynamics in rural areas that incite new socioeconomic processes that need to be identified and understood in their specific contexts and by their own actors. In this sense, the partial results discussed in this communication were based on primary data from cooperatives of Sisal Territory. These results can provide subsidies for public policy and can provide information to institutions which support and promote rural development in the state of Bahia, from understanding the specificities of the reality of local cooperatives and disseminating systematic information on strategies carried out by family farmers.

**Keywords:** cooperativism, family farming, territorial development.

Eliene Gomes dos Anjos<sup>I</sup>, Ana Georgina Rocha<sup>II</sup>, Daciane Oliveira da Silva<sup>III</sup>, Fabiana Santos Simão<sup>IV</sup>

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. BA. elieneanjos7@gmail.com

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. BA. anageorochoa@gmail.com

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. BA. dacianesilva@yahoo.com.br

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. BA. fabisimao22@gmail.com



## Introdução

Neste trabalho, indaga-se em que medida as cooperativas da agricultura familiar contribuem na superação da vulnerabilidade socioeconômica das comunidades rurais na Bahia. Embora os dados estatísticos não demonstrem a presença majoritária das cooperativas entre os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, é inegável que esta modalidade, juntamente com as associações, se efetivou como estratégia de governo e da sociedade civil organizada para reduzir as persistentes desigualdades que caracterizam a realidade brasileira. A atuação dos movimentos sociais e do poder público no campo propiciou a organização de várias cooperativas para viabilizar a produção e a comercialização coletivas, ampliando os canais de comercialização, facilitando a compra de insumos e o acesso aos serviços e diminuindo a subordinação dos agricultores aos intermediários.

Nas tendências atuais sobre o estudo do cooperativismo, há uma perspectiva que identifica a “empresa cooperativa como um fórum de politização de questões mais amplas da sociedade – como desemprego e exclusão social, políticas públicas, desenvolvimento regional, segurança alimentar [...]” (PIRES, 2004, p. 52). Essa corrente ressalta a importância do cooperativismo como instrumento de crescimento e desenvolvimento regional, isto porque mobiliza os recursos locais e é mais comprometido com as demandas das comunidades nas quais estão inseridas as cooperativas. Neste cenário, faz-se relevante a produção de estudos que demonstrem as potencialidades, limites e desafios dos formatos associativos adotados pelos agricultores familiares para se constituírem em *locus* de sustentabilidade e desenvolvimento das suas comunidades.

Ainda que a agricultura familiar seja um segmento estratégico para o Brasil, os agricultores familiares enfrentam limites e fragilidades socioeconômicas e produtivas, o que inclui uso de baixa tecnologia produtiva, infraestrutura econômica deficiente, incompleta ou tecnicamente defasada, fragilidade na gestão da propriedade e nas organizações sociais internas, reduzido tamanho da propriedade, baixa produtividade do trabalho, dificuldades de acesso a crédito, assistência técnica precária, gargalos na comercialização de seus produtos, baixos níveis de educação e capacitação da força de trabalho, condições de saúde insatisfatórias, desenvolvimento científico e inovações tecnológicas insuficientes, baixo valor agregado em seus produtos, dentre outros aspectos apontados por Guanzirolí, Sabbato e Buainain (2011). Dentre estes, ressalta-se o desafio dos agricultores para construir estratégias para a comercialização de seus produtos, considerando que o acesso a mercados envolve diferentes elementos da cadeia produtiva como produção, beneficiamento e comercialização.

Apesar da noção conceitual da agricultura familiar ser fruto de várias contendas entre os pesquisadores desse campo de estudo, pois reúne categorias sociais diversificadas e resulta de uma construção política, ela unifica segmentos dos espaços rurais que reivindicam direitos junto ao setor público e representação junto à sociedade. Nesta perspectiva, vale salientar que os agricultores familiares somente foram contemplados pela política pública na década de 1990, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os programas de reforma agrária. Nestas ações, os agricultores mais empobrecidos passam a ser reconhecidos como atores políticos e como sujeitos e beneficiários diretos de políticas públicas (GUANZIROLI; SABBATO; BUAINAIN, 2011). É nesta conjuntura de luta pelos direitos que, em 1999, se dá a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com uma Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) e a multiplicação de organizações econômicas da agricultura familiar.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 579,5 mil estabelecimentos estão associados a cooperativas no Brasil, o que representa 11,4% do total de estabelecimentos agropecuários brasileiros. Considerando o Censo Agropecuário 2006, foi registrado um aumento de 67,3% em 2017. Apesar do percentual ainda reduzido de estabelecimentos associados a cooperativas, um dado interessante é que 71% dos estabelecimentos cooperados são considerados familiares, denotando a relevância das práticas cooperativistas para esse segmento.

Ainda que as cooperativas da agricultura familiar tenham como condição irredutível a inserção da produção familiar no mercado, inúmeras delas também foram criadas para garantir direitos básicos de cidadania que não foram assegurados pelo Estado brasileiro em grande parte dos territórios rurais. Neste sentido, inúmeras pesquisas (GAIGER, 2009; GUANZIROLI; SABBATO; BUAINAIN, 2011) apontam tanto as cooperativas quanto as associações comunitárias como vetores de desenvolvimento. Essas organizações coletivas não têm um escopo restrito a uma determinada finalidade, ao contrário, elas integram um conjunto articulado de ações que visam à melhoria das comunidades nos múltiplos aspectos que

demandam reivindicação e luta. É esse cenário que caracteriza o crescimento de cooperativas em comunidades que impactaram no desenvolvimento rural, principalmente nas regiões mais empobrecidas, nas quais historicamente persistiu a falta de poder dos pequenos agricultores para influenciar na política pública (ANJOS, 2007).

O papel atribuído às cooperativas para diminuir as desigualdades em ações governamentais no estado da Bahia pode ser corroborado quando relacionamos o cooperativismo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Alguns desses objetivos estão diretamente relacionados com os impactos que as cooperativas provocam em comunidades e territórios rurais com número elevado de pessoas empobrecidas. Nesta perspectiva, nessa comunicação, ao indagar-se sobre a atuação das cooperativas nas comunidades rurais da Bahia, busca-se produzir indícios que demonstrem se há contribuições do cooperativismo da agricultura familiar para o desenvolvimento territorial sustentável, em especial, no que tange à redução das desigualdades nos territórios baianos.

Nesse contexto, analisamos as cooperativas com base em uma perspectiva teórico-metodológica denominada por Santos (2008) de sociologia das ausências, que consiste na valorização das alternativas criadas no meio popular. Essa é composta por cinco lógicas, chamadas de ecologias, que tornam perceptíveis e inteligíveis as práticas sociais e os conhecimentos não hegemônicos<sup>1</sup>.

A sociologia das ausências substitui monoculturas por ecologias. A primeira, ecologia dos saberes, refere-se à lógica da monocultura do saber e do rigor científico que precisa ser confrontado com outros saberes e outros critérios de rigor que operam nas práticas sociais. A segunda, ecologia das temporalidades, questiona a imposição do tempo linear, afirmando que esta é uma entre as muitas concepções de tempo. A terceira, ecologia dos reconhecimentos, busca uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença: uma ecologia de reconhecimentos recíprocos. A quarta, ecologia das trans-escalas, incide sobre a lógica do universalismo abstrato e da escala global; a sociologia das ausências recupera as aspirações universais ocultas e de escalas locais e globais, alternativas que não resultam da globalização hegemônica (SANTOS, 2008).

Finalmente, a quinta ecologia, das produtividades, situa-se na contraposição à lógica produtivista e refere-se diretamente ao nosso objeto de estudo. Nos termos de Santos,

[...] a sociologia das ausências consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc. que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou (SANTOS, 2008, p. 113).

Dessa maneira, a sociologia das ausências estimula uma análise da realidade social por meio da experimentação e da reflexão sobre alternativas econômicas realistas para a construção de uma sociedade menos desigual. Essa perspectiva analisa “de maneira abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem às alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas” (SANTOS, 2002, p. 26).

Nessa perspectiva, ao estabelecer que o objetivo é discutir o estímulo às cooperativas da agricultura familiar enquanto uma estratégia de fortalecimento das comunidades rurais na Bahia, analisando em que medida diversificaram os canais de comercialização e se constituíram em fóruns de reivindicações de políticas públicas, decidimos por uma abordagem qualitativa e quantitativa. Conforme Mariño e Ramos (1995), a utilização de métodos qualitativos e quantitativos depende do problema da pesquisa, em virtude das suas necessidades específicas. Dessa forma, a metodologia adotada parte de uma abordagem qualitativa, buscando a compreensão do fenômeno no seu contexto, a partir dos programas de políticas públicas que visam fortalecer a agricultura familiar tendo a cooperativa como instrumento. Essa abordagem, contudo, não exclui a utilização também de métodos quantitativos, com a aplicação de questionários com representantes das organizações da agricultura familiar buscando dimensionar elementos que caracterizam esse segmento em um dado contexto territorial, a partir da análise da inserção no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A pesquisa de campo teve um recorte territorial. No estado da Bahia, o recorte territorial tem sido utilizado como unidade de referência para o planejamento. Desde 2007, foi adotada uma nova

<sup>1</sup> Santos (2008, p. 105) denomina ecologia “a prática de agregação da diversidade pela promoção de interações sustentáveis entre entidades parciais e heterogêneas”.

regionalização, com 27 territórios de identidade como unidades de planejamento. Essa regionalização tem sua origem no processo de discussão impulsionado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>2</sup>, no âmbito da implantação da política de desenvolvimento territorial rural.

Nessa perspectiva, o território é definido como um espaço físico, que pode envolver o rural e o urbano, e incorpora aspectos multidimensionais (sejam econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos), além de “[...] uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (BRASIL, 2005, p. 7-8).

O conceito incorpora a ideia de território enquanto um espaço socialmente construído, em que o desenvolvimento deve ser pensado a partir de suas diferentes dimensões, tomando como referência as relações entre os seus diferentes. “Os territórios são, assim, entidades socioespaciais, ou relacionadas às atividades humanas conduzidas num dado espaço; eles refletem, portanto, um procedimento de construção política” (JEAN, 2010, p. 51). Baseado nesta concepção, o universo empírico do estudo são as formas associativas, dentre elas, as cooperativas da agricultura familiar do Território do Sisal, na Bahia.

A pesquisa foi desenvolvida entre meados do ano de 2017 e início de 2018. Os dados aqui apresentados correspondem às organizações que produziam e/ou comercializavam coletivamente. O levantamento buscava a caracterização das organizações da agricultura familiar, através de distintas informações sobre a produção e a comercialização e, particularmente, focava no potencial de acesso das organizações ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).<sup>3</sup> A sistematização dos dados foi realizada através do programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

A análise aqui apresentada está baseada nos dados de 29 Organizações Econômicas da Agricultura Familiar (OEAF), localizadas em 15 dos 20 municípios do Território do Sisal, com foco naqueles que comercializam com o PNAE ou que pretendem se inserir nesse mercado. Do universo pesquisado, quanto às formas de organização, 14 são associações, 14 cooperativas singulares e 1 central de cooperativas, essa última, composta por 43 singulares, uma estratégia de comercialização que fortalece a agricultura familiar no referido Território.

O trabalho está organizado em três seções, além desta Introdução, na qual apresentamos o objetivo e os procedimentos metodológicos. Na segunda seção, discutimos o cooperativismo da agricultura familiar e sua relação com o desenvolvimento dos territórios rurais. Na terceira seção, apresentamos os dados da pesquisa realizada no Território do Sisal, um dos 27 territórios de identidade da Bahia, sobre as organizações da agricultura familiar e o seu acesso ao PNAE. E, por fim, nas considerações finais, destacamos a importância das organizações coletivas para o desenvolvimento das comunidades rurais, em uma perspectiva territorial e sustentável.

## O Entrelaçamento do Cooperativismo com o Desenvolvimento Rural

O cooperativismo brasileiro apresenta uma diversidade de práticas expressas pela complexidade das organizações cooperativas, suas escalas de atividades, princípios de gestão e dimensões socioeconômicas que abarcam o contexto no qual estão inseridas. Existem os grandes empreendimentos cooperativos, empenhados na gestão profissional, voltados para a competição no mercado, administração racional, aumento do capital, crescimento econômico e em moderna tecnologia para obter ganhos de escala e de eficiência, principalmente via fusão e incorporação (PINHO, 2004). Por outro lado, existem as cooperativas populares surgidas nas comunidades rurais e nos espaços urbanos periféricos que buscam satisfazer as necessidades básicas dos seus associados, com escassos recursos, que se orientam na lógica autogestionária e na concepção que a ação coletiva impacta no cenário de vulnerabilidade socioeconômica que os caracterizam.

<sup>2</sup> Em 2016, o MDA foi extinto e suas ações foram alocadas em uma secretaria da Casa Civil: a Secretaria Especial de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (SEAD). Em 2019, a SEAD também foi extinta e as ações passaram a fazer parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

<sup>3</sup> A coleta de dados envolveu mais dois territórios do estado da Bahia, tendo sido realizada no âmbito de um projeto sobre o PNAE, com o propósito de fortalecer a articulação entre a oferta e a demanda do Programa nos municípios baianos.

A perspectiva de análise que identifica a cooperativa como um fórum de politização de questões como desemprego e exclusão social, políticas públicas, desenvolvimento regional e sustentabilidade, encontra respaldo no conceito de Economia Solidária<sup>4</sup> (SINGER, 2002; GAIGER, 2004). Esta lógica propiciou o ressurgimento da cooperativa como uma alternativa à exploração capitalista e um espaço de emancipação do trabalhador, seja ele rural ou urbano. A cooperação presente nestas não se limitaria ao caráter utilitarista, onde os associados cooperariam pelos interesses individuais de cada um, mas na concepção solidária; essa cooperação dá-se de forma política, visando, além dos interesses individuais, os interesses coletivos (SINGER, 2002; GAIGER, 2004).

Segundo Gaiger e Anjos (2011), as organizações de produção agrícola familiar são exemplos históricos dessa vertente do cooperativismo que tem preservado a cultura associativa no meio rural e que tem servido de base para as iniciativas dos agricultores familiares, apesar das controvérsias existentes nos espaços políticos e acadêmicos especializados em torno dos diversos tipos de cooperativas apreendidas na realidade brasileira. Os paradoxos em torno das possibilidades das cooperativas para o desenvolvimento dos segmentos mais empobrecidos da sociedade dão-se devido ao surgimento das falsas cooperativas no processo de reestruturação produtiva. É neste contexto que diversas pesquisas enfatizaram que, para além da estrutura organizacional das cooperativas, faz-se necessário situar aquelas que são de fachadas, criadas para reduzir os custos com a força de trabalho (LIMA, 2009; DRUCK; FRANCO, 2007; ANJOS, 2016a).

Não obstante, as cooperativas genuínas, criadas pelas iniciativas dos trabalhadores ou das suas organizações representativas, não estão isentas da acirrada competição que tem lugar na economia globalizada. Portanto, também dependem, assim como os grandes empreendimentos cooperativos, das estratégias usadas para ter um sistema de governança que seja capaz de, ao mesmo tempo, minimizar custos e otimizar recursos (BIALOSKORSKI NETO, 1998). No entanto, não basta ter gestores qualificados para o êxito econômico, principalmente entre os segmentos que lutam por direitos básicos como nas comunidades rurais nordestinas (ANJOS, 2016b). Outros elementos são somados para que o cooperativismo contribua para melhorar a qualidade de vida e colabore, de forma perene, com a superação do persistente quadro de desigualdades, tais como os destacados por Pires:

[...] a garantia do sucesso do empreendimento está também relacionada com a atuação de gestores competentes, do engajamento total dos membros no empreendimento cooperativo, e da existência de um suporte institucional (governo, instituição financeira do movimento entre outros parceiros). (PIRES, 2004, p. 59).

A perspectiva adotada por Pires (2004), dentre outros pesquisadores, relaciona a gestão do modelo cooperativo ao conceito de desenvolvimento local. Estes estudos chamam a atenção para os impactos causados pelas cooperativas nos processos de revitalização rural, ressaltando a importância do cooperativismo enquanto instrumento capaz de evitar o “marasmo” econômico e social de áreas rurais vitimadas especialmente por um ambiente econômico marcado por forte competitividade. Tais impactos devem ser compreendidos e relacionados a partir do que hoje se discute por *novas ruralidades* (PIRES, 2004). Em contrapartida, a adoção de estratégia tipicamente capitalista na gestão da cooperativa colocaria em xeque os princípios cooperativos. Para a autora, a conciliação entre cooperativa e racionalidade capitalista constitui a principal fonte de tensão vivenciada na empresa cooperativa e, ao mesmo tempo, o seu principal desafio.

Seguir o modelo cooperativo, dentro dos princípios basilares, mantendo-se, ao mesmo tempo, competitivo no mercado, traduz-se em um esforço incessante do movimento cooperativo que se identifica com as práticas autogestionárias, premissas que caracterizam o campo da economia solidária e da agricultura familiar. O diagnóstico realizado por Batalha, Buainain e Souza Filho (2009) no segmento agropecuário revela que é a agricultura familiar a atividade econômica que dispõe de instrumentos de gestão menos adequados à sua realidade. Ainda assim, parte significativa das pesquisas acadêmicas sobre as cooperativas dos agricultores não discutem em profundidade questões administrativas, da produção, comercialização e logística.

Neste contexto de estímulo às formas associativas da agricultura familiar, os gestores públicos do extinto MDA implementam políticas de assistência técnica voltadas à expansão das cooperativas dos

<sup>4</sup> A economia solidária volta-se para a construção de um conceito de economia que engloba os diversos aspectos da vida social, não se limitando apenas ao econômico, mas privilegiando o social e o político. Este movimento, que, no Brasil, privilegia os que estão à margem da economia mercantil, propõe uma organização de trabalho e produção consolidada na solidariedade e na busca por mudanças sociais.

agricultores familiares para enfrentar o problema da operacionalização das compras governamentais e diversificar os canais de comercialização. Exemplo dessa ação política é o Programa Mais Gestão, cujo objetivo é aprimorar o sistema de gestão e o acesso mais qualificado das cooperativas da agricultura familiar aos mercados, principalmente, ao institucional. Na Bahia, foram beneficiadas nesse programa 47 cooperativas, entre 2014 e 2016, um dado alvissareiro quando se volta ao número de agricultores familiares no estado.

As organizações econômicas da agricultura familiar abarcam uma diversidade de modalidades associativas e formas de fazer agricultura que se diferenciam de acordo com tipos diferentes de famílias. Para Guanziroli, Sabato e Buainain (2011), a heterogeneidade de subcategorias encontradas no conceito de agricultura familiar está relacionada à diversificação da formação dos grupos ao longo da história, às heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano e o capital social. Em virtude de tais características, o rural se torna pluriativo e multifuncional, envolvendo assim as funções produtivas, ambientais, ecológicas e, principalmente, sociais, resultado de condições particulares dos grupos, bem como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo e por meio das políticas públicas. Nesta perspectiva, o Pronaf representa a inclusão da categoria nas políticas públicas para o meio rural. Nestas ações, os pequenos produtores passam a ser reconhecidos como verdadeiros atores políticos e como sujeitos e beneficiários diretos de políticas públicas.

O reconhecimento do agricultor familiar enquanto categorial social, ainda para Guanziroli, Sabato e Buainain (2011), não deve ser entendido como uma mera consideração formal, pautada em leis e políticas públicas, mas como um processo complexo de construção de grupos ou categorias sociais rurais inferiorizadas historicamente e em luta por fazer-se reconhecer frente a outros atores e perante o Estado. Nesta mesma perspectiva, reafirma-se para Anjos (2016b) a luta por políticas públicas voltadas para as formas associativas dos agricultores familiares, como as cooperativas, pois sem um conhecimento prévio de gestão, esses agricultores assumem as funções administrativas tendo como grande desafio concorrer com suas congêneres com gestão profissionalizada e com as empresas mercantis em um mercado altamente competitivo e seletivo. Essas cooperativas não se limitam a ampliar o potencial produtivo, diversificar os canais de comercialização e gerar trabalho e renda, pois, elas também contribuem com outras atividades nas comunidades, como reduzir as desvantagens do déficit de infraestrutura geradas graças à ausência de ações públicas no meio rural.

Por sua vez, Schneider e Niederle (2008) ponderam que são variados casos e mecanismos que os agricultores utilizam para realizar as trocas no mercado.

[...] agricultores constroem novas e múltiplas formas de diversificar os circuitos de troca em que estão inseridos, criando alternativas que lhes permitem contrapor a dominação de cooperativas, empresas, bancos e agentes que controlam o mercado de *commodities*. Nesse sentido, novos estilos de agricultura têm emergido da capacidade de resistência dos agricultores familiares [...]. Trata-se de um esforço por autonomia que é característico da forma camponesa de produção, em que os agricultores procuram liberdade em relação a obrigações impostas pelos agentes externos com o intuito de organizar sua propriedade e o processo de trabalho de acordo com suas próprias possibilidades e necessidades (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 1009).

Schneider e Niederle (2008) citam as cooperativas num contexto de submissão dos agricultores familiares, contrárias à autonomia apregoada nos ideários dos socialistas utópicos. Elas aparecem como agentes externos que, em certa medida, subordinam os agricultores, sejam eles praticantes ou não da forma familiar empresarial. Por outro lado, nas duas últimas décadas do século XX, o movimento cooperativista adquiriu novo fôlego como resposta a demandas distintas. Retomou seu caráter alternativo para a classe trabalhadora, tornando-se instrumento de geração de trabalho e renda e respondendo igualmente à reestruturação produtiva, resultante das transformações econômicas, tecnológicas e técnico-organizacionais, denominadas por Harvey (1992) de acumulação flexível. Além disso, generalizou-se como reação ao desemprego estrutural, abarcando modalidades alternativas de produção e comercialização para agricultores familiares que utilizam da associação e da cooperação para enfrentar a competitividade mercantil.

A pesquisa realizada por Magalhães e Abramovay (2007) na região sisaleira da Bahia reafirma a importância do cooperativismo como estratégia na busca de uma vida digna não somente na esfera econômica, mas, sobretudo, nos aspectos políticos na mobilização do interesse coletivo. Os autores demonstraram que a associação de trabalhadores rurais em cooperativas de crédito vem possibilitando a

emancipação econômica e política das relações clientelística e coronelística presentes historicamente no cotidiano desses sujeitos. A partir da prática associativista para terem acesso ao financiamento, esses trabalhadores constituíram laços de solidariedade e um vínculo social que os uniu permitindo mudanças culturais nas relações de apadrinhamento com pessoas que tradicionalmente detêm o poder econômico e político da região. Essa relação de autonomia constituída entre os trabalhadores é atribuída às organizações sociais que os mobilizam em torno de um projeto político, que não se limita à independência econômica, mas à superação de qualquer relação de subordinação. De acordo com os autores, o cooperativismo de crédito da região sisaleira conseguiu estabelecer uma relação estreita entre a racionalidade econômica e a cultura política das organizações locais.

Destacar as conclusões de Magalhães e Abramovay (2007) sobre o mérito das cooperativas para transformar a realidade do Sisal, um território rural no semiárido da Bahia, endossa a perspectiva de análise que atribui papel relevante às formas associativas no desenvolvimento social e econômico dos segmentos mais vulneráveis. É com esta perspectiva que esta proposta parte do pressuposto que o estímulo ao cooperativismo rural entre os agricultores familiares está contribuindo para desenvolver localidades marcadas pela estagnação socioeconômica, articulando um conjunto de ações que visam à melhoria nos múltiplos aspectos que qualificam uma vida digna.

A sobrevivência sustentável da agricultura familiar, cujos imóveis são de pequenos e médios portes, depende da agregação de valor em seus produtos e serviços, por isso Batalha, Buainain e Souza Filho (2009) defendem que isso somente será possível a partir da criação e gestão de formas associativas que congreguem os agricultores familiares. O plano de desenvolvimento do cooperativismo da Bahia, proposto para 2015 a 2020, no item denominado matriz por segmento do cooperativismo da agricultura familiar, ressalta sua importância para minimizar as desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população rural, pois a agricultura familiar é a atividade central na imensa maioria dos municípios baianos.

O estado da Bahia continua sendo o que concentra o maior número de agricultores familiares no Brasil. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2017, do IBGE, do total de 762.848 estabelecimentos rurais na Bahia, 78% foram classificados na categoria familiar, denotando a relevância desse segmento. Considerando a área, os estabelecimentos familiares ficam com apenas 32% da área total, refletindo a elevada concentração de terras existente no rural baiano.

Recente estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) analisa a participação da agricultura familiar no valor adicionado da agropecuária baiana. De acordo com o levantamento da SEI (2018), em média, o valor adicionado da agricultura familiar da Bahia corresponde a 32,4% do valor adicionado da agropecuária do estado.<sup>5</sup> Considerando o período analisado (2010-2015), os dados indicam a perda de importância do segmento familiar, em detrimento do não familiar. A própria expansão da agricultura não familiar, com a maior valorização dos produtos agrícolas comerciais (como a soja), é um dos fatores apontados para essa perda de participação da agricultura familiar na agropecuária.<sup>6</sup> Além disso, a seca na Bahia, em especial a partir de 2011, é outro fator apontado, com efeitos mais fortes justamente na agricultura familiar.

Apesar disso, boa parte dos territórios baianos apresenta uma participação significativa da agricultura familiar na agropecuária. Ainda de acordo com os dados da SEI (2018), 10 territórios de identidade registraram, em 2015, maior peso da agricultura familiar no valor adicionado da agropecuária, com destaque para Itaparica (82%), Chapada Diamantina (72%), Metropolitano de Salvador (71%), Bacia do Paramirim (68%) e Piemonte da Diamantina (64%).

Nos territórios que apresentaram menor participação da produção familiar predomina uma agricultura patronal, direcionada para a produção de grãos. É o caso, por exemplo, da Bacia do Rio Grande, com apenas 11% de participação da agricultura familiar no valor adicionado da agropecuária em 2015 (SEI, 2018). Os dados refletem a própria heterogeneidade da agropecuária baiana, em que coexistem realidades rurais distintas, como apontado por Couto Filho (2007): o “novo rural atrasado” e o “novo rural desenvolvido”.

<sup>5</sup> O trabalho foi feito a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006, tendo como ano de referência 2010.

<sup>6</sup> No período analisado, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura no estado da Bahia apresentou um aumento de 68%, em termos nominais. Os preços dos produtos agrícolas aumentaram 53,6% nesse período. O valor da produção da soja registrou um aumento de 45,0% (SEI, 2018).

Em relação ao acesso aos mercados, a diversificação é também uma característica presente: existem variadas formas de inserção dos agricultores familiares nos mercados, com graus distintos de integração ao modelo produtivista. Nas últimas décadas, têm crescido formas alternativas de comercialização, como uma forma de criação de mercados diferenciados para a agricultura familiar, muitas vezes caracterizadas como cadeias curtas, em contraposição às chamadas cadeias longas do modelo agroindustrial predominante. É o caso dos mercados institucionais e das feiras agroecológicas. Em grande parte dessas experiências, os agricultores familiares participam através de suas organizações, em especial, as cooperativas.

Pires *et al.* (2009) destacam que “no Brasil, a relação entre cooperativismo e agricultura familiar vem se tornando uma preocupação recorrente nas políticas públicas e na literatura, durante as últimas décadas” (p. 02). Os autores ressaltam que, mesmo com enfoques diferentes, o cooperativismo tem sido colocado como uma estratégia de superação da pobreza dos agricultores em distintos momentos, já estando presente nos projetos de modernização da agricultura brasileira impulsionados pelo Estado. Nesse estudo, os autores analisam estratégias utilizadas pelos agricultores familiares, focalizando cooperativas situadas no Nordeste brasileiro, no sentido de analisar a importância dessas organizações na participação dos agricultores nos mercados (sejam locais ou globais).

Além da dimensão social e política, Pires *et al.* (2009) consideram que:

[...] a viabilização da agricultura familiar por meio do cooperativismo parece ganhar uma particular importância na atual conjuntura de globalização da economia, quando a manutenção da produção sob rigorosos controles de qualidade – aí incluindo aspectos relacionados à aparência, os procedimentos de rastreabilidade, embalagem e transporte dos produtos – se impõe como um requisito essencial para a inserção dos produtos nos mercados. (PIRES et al, 2009, p. 09).

Para os autores, a inserção no mercado está associada com a profissionalização do agricultor e com o contexto no qual está inserido, levando a pensar que capacidade de inovação e estrutura tecnológica e institucional são elementos importantes para que as cooperativas possam atender aos critérios exigidos pelos mercados. Mas, os autores também sinalizam aspectos relacionados com “[...] a capacidade de resistência do grupo para continuar apostando na fórmula cooperativa e se reproduzindo socialmente, através da manutenção de sua atividade produtiva” (p. 21).

## **Impactos das Cooperativas nas Comunidades Rurais da Bahia: uma Análise do Território do Sisal**

Na seção anterior, demonstramos que o cooperativismo continua sendo um instrumento de políticas públicas. Independente do enfoque do governo, as cooperativas tornam-se objeto da ação pública seja como estratégia de competitividade na redução dos custos de transação e ganho de escala ou alternativa de inclusão de segmentos historicamente vulneráveis. Nesta perspectiva, o governo da Bahia implementa um programa intitulado “Bahia Produtiva” que financia projetos de inclusão socioprodutiva, de abastecimento de água e de saneamento básico em comunidades de baixa renda do estado. Dentre seus objetivos, destacam-se a melhoria da infraestrutura necessária à produção e a comercialização; integração ao mercado e fortalecimento da capacidade das associações comunitárias ou organizações de produtores para elaborar e gerir os projetos apoiados. Em 2018, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR lançou um edital no valor de R\$ 60.000.000,00 para apoiar parcerias comerciais de agricultores familiares e suas organizações, denominado Alianças Produtivas Territoriais (APT). Destaca-se como uma das finalidades do referido edital, o estímulo à formação de redes territoriais de empreendimentos da agricultura familiar para ampliar a escala da produção com maior valor agregado. Os beneficiários desses editais foram restritos às cooperativas singulares ou centrais que deveriam constituir redes nos territórios de atuação para ampliar o acesso aos mercados, estimulando a participação em novos mercados, além de captarem novas oportunidades de negócios (CAR, 2018). Das 52 organizações selecionadas em todo o estado, a partir das propostas apresentadas, 3 são do Território do Sisal, sendo 1 cooperativa central e 2 cooperativas singulares.

Os resultados da valorização da entidade jurídica cooperativa e do estímulo público estadual para a atuação nas comunidades rurais podem ser constatados no perfil cooperativista delineado no Território do Sisal. Esse Território é composto por 20 municípios, no entanto, a pesquisa de campo coletou dados em 15 deles com associações e cooperativas da agricultura familiar que comercializam ou pretendem comercializar com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



Foram 29 organizações econômicas que responderam ao questionário, sendo 14 associações, 14 cooperativas singulares e 1 central composta por 43 cooperativas singulares que possibilita um grande potencial para fornecer aos mercados institucionais se comparada às suas congêneres nos territórios do Recôncavo e Portal do Sertão que também foram incluídos na pesquisa.

Em relação ao porte das organizações, segundo o critério do número total de associados informado por 28 das organizações pesquisadas, 35,7% têm entre 21 e 52 pessoas no quadro social; 32,2% têm entre 63 e 95 filiados; e 28,5% têm entre 100 e 210 associados. Quando o critério é ser portador de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) Física, 64,3% afirmaram ter entre 13 e 49 sócios com essa declaração. Esses dados indicam que a maioria das organizações do Sisal é de pequeno porte, apesar disso, constatamos que nesse Território existe um percentual elevado de organizações que têm o PNAE como o canal principal de comercialização (69%).

A expansão do cooperativismo da agricultura familiar no Sisal e a articulação das organizações desse Território em rede constituíram um diferencial no processo organizativo e na inserção nos mercados institucionais que não se aproxima dos demais territórios em seu entorno. A central de cooperativas articula uma rede com mais 23 associações que permitiu uma diversificação nos canais de comercialização e abrangência geográfica. Essa rede apresenta o PNAE como o canal mais importante de comercialização, além de ter potencialidade para ampliar a oferta da agricultura familiar em municípios de outros territórios que não cumprem a obrigatoriedade de aquisição do mínimo de 30%.

O destino da produção das organizações do Sisal demonstra a autonomia da agricultura familiar desse Território em relação aos intermediários que continuam sendo protagonistas na relação produtor e consumidor na Bahia. O autoconsumo é o destino mais importante para as associações do que para as cooperativas. Em 7 associações, o autoconsumo da produção familiar é citado como um dos destinos, sendo essa uma das finalidades para apenas 3 cooperativas. O PNAE apresenta-se como canal de comercialização para 13 das 14 cooperativas singulares, da mesma forma para 10 associações. Quanto aos percentuais de compras da agricultura familiar nesse Território em 2017, dos 20 municípios, 14 deles adquirem acima dos 30% obrigatórios (FNDE, 2019).

Os mercados que são mais utilizados para vender a produção familiar são o municipal, 26 delas (89,7%), e o do próprio Território, 9 (31%). Somente 3 cooperativas, juntamente com a Central, comercializam em mercados no âmbito estadual (13,8%). Quanto ao transporte das mercadorias, 12 (41,4%) têm transporte próprio, contra 17 (58,6%) que alugam veículos.

Quando comparamos o escoamento da produção pelo formato de cada organização, fica explícito o quanto as associações são mais frágeis na composição do seu patrimônio do que as cooperativas. A Central tem seus próprios veículos e não utiliza de aluguel de nenhum outro. Das 14 cooperativas singulares, 9 são donas dos seus veículos, ainda que 7 delas afirmem que utilizam do aluguel. Por outro lado, somente 2 associações declararam ter veículos próprios, 10 delas afirmam que alugam os veículos e 3 delas informaram que usam ônibus de linha para entregar os produtos.

Quanto ao sistema de controle da quantidade dos produtos entregues pelos associados, 24 (82,2%) afirmam que utilizam dessa estratégia. Para realizar o pagamento desses produtos, nenhuma das organizações o faz no ato da entrega, 25 (86,2%) o fazem após o recebimento do valor comercializado e 4 (13,8%) após um prazo pré-determinado pela organização.

Em relação à articulação em rede, as organizações do Sisal demonstram uma grande sintonia nesta prática. Das 29, 22 (75,9%) participam de algum tipo de rede. As mais citadas são as articuladas pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC), Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda (Aresol), Central da Caatinga, Central das Associações Comunitárias, Rede Produtora da Bahia, Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Santa Luz, Fundação APAEB (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira), União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e a Arco Sertão que também integra em sua rede 23 associações.

De modo geral, apesar de 72% das organizações coletivas terem apontado os problemas climáticos como a principal dificuldade enfrentada na questão da produção, 79% tem acesso a algum tipo de assistência técnica com regularidade.

A comercialização é um setor chave para qualquer organização que tenha por finalidade inserir os produtos dos associados no mercado. Neste sentido, 24 (82,2%) das OEAF têm pelo menos uma pessoa

responsável pela comercialização; um número maior, 26 (89,7%) afirmam que planejam suas atividades e entre essas, 23 (79,3%) informam que a comercialização é o foco desse planejamento.

Ainda assim, as dificuldades estão presentes para comercializar em um mercado cada vez mais competitivo, como está demonstrado no Quadro 1.

**Quadro 1 – Principais dificuldades na comercialização das OEAF Sisal**

Dificuldades	Percentual
<b>Falta de certificação</b>	58,6
<b>Falta de meio de transporte próprio da organização</b>	55,2
<b>Falta de capital de giro</b>	48,3
<b>Preços dos produtos</b>	41,4
<b>Regularidade na produção</b>	27,6
<b>Infraestrutura precária / problemas de logística da localidade</b>	17,2
<b>Volume da produção</b>	17,2
<b>Regularidade sanitária</b>	13,8

Fonte: Pesquisa Mais Mercado/UFRB, 2017.

Provavelmente, a falta de certificação ser a dificuldade mais citada pelas organizações deve estar relacionada com os produtos ofertados nos mercados. Ainda que historicamente a agricultura familiar ofereça produtos *in natura*, muitos desses produtos precisam ser certificados por algum órgão de controle que faz exigências inadequadas à realidade das associações e cooperativas. O escrutínio da produção do subconjunto analisado demonstrará possíveis relações.

O segundo maior gargalo para as OEAF refere-se à logística. Ainda que essa não seja limitada a ter veículo próprio, sabe-se que os custos da comercialização podem aumentar significativamente caso dependam de transporte de terceiros. Como essa realidade foi detectada para 58,6% das organizações, entende-se porque figura como um dos obstáculos a ser vencido para ampliar a participação da agricultura familiar no PNAE.

Quanto aos preços dos produtos, apontados por 41,4% das organizações, deverão ser dialogados entre os ofertantes e os demandantes do PNAE. Apesar da orientação da pesquisa de preços praticados pela agricultura familiar nas orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), detectou-se que a precificação dos produtos que integram as chamadas públicas, muitas vezes, destoa do praticado nos municípios e no Território como um todo considerando outros canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares e suas organizações.

Os limites enfrentados com a produção, seja regularidade (27,6%) ou volume (17,2%), exigem um planejamento estratégico das organizações e um processo educativo com o agricultor. Além disso, espera-se que, com a assistência técnica, o grau de insegurança sobre a capacidade de oferta da produção da agricultura familiar possa ser reduzido. Os dados coletados no Território do Sisal evidenciam um potencial de oferta da agricultura familiar em atender às demandas do PNAE, quando comparado com outros territórios do estado. Consideramos que a expansão do cooperativismo da agricultura familiar no Sisal e a articulação em rede contribuem para esse resultado.

## Considerações Finais

Esse artigo buscou discutir o estímulo às cooperativas da agricultura familiar enquanto uma estratégia de fortalecimento dos territórios rurais na Bahia, analisando em que medida diversificaram os canais de comercialização e se constituíram em fóruns de reivindicações de políticas públicas. A análise foi baseada nos dados levantados em organizações no Território do Sisal e expressam não apenas a relevância dessa forma associativa para o fortalecimento da agricultura familiar, mas, também, o potencial de desenvolvimento a partir da articulação em rede dessas organizações.

A atuação em rede é significativa no Sisal para garantir o acesso das organizações ao PNAE, possibilitando a ampliação da escala de produção, com a redução dos custos de transação. O próprio Programa reafirma a perspectiva do desenvolvimento territorial, sem, contudo, desconsiderar a importância dos locais que originam os produtos.

Ao identificarmos que o PNAE é o canal de comercialização mais importante para grande parte das organizações do Território do Sisal, evidenciamos que os mercados institucionais, ao garantirem uma reserva de mercado para a agricultura familiar, estimula a inserção menos subordinada desse segmento nos circuitos de comercialização, restringindo a atuação de intermediários, e possibilita a ampliação dos espaços de escoamento dos produtos. Nesse sentido, contribui para a melhoria da renda dos agricultores, que utilizam diferentes formas de comercialização dos seus produtos. No caso do PNAE, uma das vantagens é a possibilidade de garantia do escoamento a partir do contrato de venda, que ainda não tem sido cumprido em sua totalidade pelos gestores públicos. Ao mesmo tempo, o acesso aos mercados, de forma coletiva, fortalece os processos organizativos, com reflexos no empoderamento dos agricultores e de suas organizações. Os resultados do Território do Sisal expressam também um contexto histórico de lutas em que as organizações coletivas assumiram um papel importante no desenvolvimento territorial.

A presença de assistência técnica com regularidade mostra, em alguma medida, o esforço das políticas públicas no fortalecimento das atividades produtivas das organizações coletivas do Território do Sisal. Apesar disso, considerando a heterogeneidade dos agricultores familiares que as constituem, a atuação dessas instituições tem um longo caminho a percorrer para dirimir os entraves relacionados à gestão que engloba as áreas de produção, logística e comercialização dos produtos dessas OEAF.

Nesse sentido, consideramos que o retrato da realidade das cooperativas da agricultura familiar no Território do Sisal, em certa medida, evidencia a importância das organizações coletivas para o desenvolvimento das comunidades rurais, valorizando uma perspectiva territorial e sustentável. O PNAE, por sua vez, fortalece esse processo organizativo a partir das novas demandas que surgem para as organizações que o acessam, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar não apenas na sua dimensão econômica, mas, também, nos seus aspectos sociais e políticos.

O conhecimento dessa realidade no estado da Bahia é fundamental para fornecer subsídios para as políticas públicas e para a atuação das instituições de apoio e de fomento ao desenvolvimento rural no estado, a partir da apreensão das especificidades das cooperativas baianas e da disseminação de informações sistematizadas sobre as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para acessar os mercados. Nessa perspectiva, é relevante a produção de estudos que demonstrem as potencialidades, os limites e os desafios dos formatos associativos adotados pelos agricultores em uma perspectiva de desenvolvimento territorial e sustentável, levando em consideração os distintos contextos territoriais.

## Referências

- ANJOS, E. Para onde caminham as cooperativas de trabalho da Economia Solidária do Brasil? Uma análise baseada nos dados dos Mapeamentos dos Empreendimentos Solidários. *Otra Economía*, v. 10, n. 18, p. 112-124, 2016a.
- ANJOS, E. Uma caracterização das organizações econômicas da agricultura familiar orientadas para a aquisição de infraestrutura e o uso de bens e serviços para seus associados. *Anais... Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil*. Salvador: UFBA, 2016b.
- ANJOS, E. Práticas e sentidos das cooperativas de trabalho: um estudo a partir da economia solidária. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.
- ANJOS, E. Coprasul: entre o idealizado e o vivido – uma análise da prática cooperativista no MST. In: DAGNINO, E; PINTO, R. P. (Orgs.). *Mobilização, participação e direitos*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 109-127.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: BATALHA, M. O.; SOUZA FILHO, H. M. (Orgs.). *Gestão integrada da agricultura familiar*. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 43-65.

- BIALOSKORSKI NETO, S. Cooperativismo: direitos de propriedade e eficiência econômica, a nova geração de cooperativas. *Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER)*, n. 2, 1998, p. 745-753.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais. Brasília: MDA/SDT, jun. 2005.
- CAR. Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional. Edital de chamada pública n. 10/2018. Seleção de subprojetos para Alianças Produtivas Territoriais. CAR: Salvador, 2018.
- COUTO FILHO, V. de Athayde. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro. Brasília: MDA; Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- DRUCK, G.; FRANCO, T. Terceirização e precarização: o binômio anti-social em indústrias. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. Boitempo: São Paulo, 2007. p. 97-118.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FNDE. Aquisições agricultura familiar 2017. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>. Acessado em: 31/05/2019.
- GAIGER, L. I. Empreendimento econômico solidário. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coords.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 181-187.
- GAIGER, L. I. (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I.; ANJOS, E. Economía solidaria en Brasil: la actualidad de las cooperativas para la emancipación histórica de los trabajadores. In: HARNECKER, C. P. (Org.). *Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba*, Editorial Caminos, 2011, p. 245-271.
- GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A. D.; BUAINAIN, A. M. Agricultura familiar no Brasil: evolução entre os censos agropecuários de 1996 e 2006. In: MATTOS, L.; TEIXEIRA, E.; FONTES, R. M. (Orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento*. Uberlândia - MG: UFU, 2011. p. 329-374.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- JEAN, Bruno. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J. P. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: APED; SECCO, 2010. p. 49-76.
- LIMA, J. Cooperativas de trabalho. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Coords.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 91-95.
- MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 63, fev./2007, p. 107-119.
- MARIÑO, Juan M. F.; RAMOS, Marília. P. Cinco teses equivocadas sobre a questão da qualidade e da quantidade na pesquisa social. *Barborói*, Santa Cruz do Sul, n. 2, p. 33-43, mar. 1995.
- PINHO, D. B. O. Cooperativismo no “Brasil Desenvolvido” e no “Brasil Subdesenvolvido”. São Paulo: USP, 2004.
- PIRES, M. L. L. S. O cooperativismo em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste do Quebec. Recife: Editora Massangana, 2004.
- PIRES, M. L. L. S.; AMORIM, J. B. B.; ALBUQUERQUE, P. A. T. S.; JUSTE, Y. P. V. Cooperativismo, agricultura familiar e redes sociais na reconfiguração dos espaços rurais. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia: Consensos e Controvérsias. Anais... Rio de Janeiro, julho de 2009.
- SANTOS, B. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANTOS, B. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Orgs.). Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1.014.

SEI. Agricultura familiar na Bahia. Abr. 2018. Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/images//publicacoes/download/agricultura/Agricultura\\_Familiar\\_Bahia\\_2010\\_2015.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images//publicacoes/download/agricultura/Agricultura_Familiar_Bahia_2010_2015.pdf). Acesso em: 21/05/2018.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. UFRB. Mais Mercado: articulação entre a oferta da Agricultura Familiar e a demanda do PNAE na Bahia. Cruz das Almas: UFRB, 2016.